



TL

AR

## COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO, E RECURSOS HUMANOS

### PARECER RELATIVO À PROPOSTA N.º 484/2014

#### ENQUADRAMENTO

Através da proposta n.º 763/CM/2010 foram aprovadas, pelos órgãos municipais as minutas BPI/BIIS, SpA e IHRU/BEI do “4.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito”, com o valor global de 117.210.379 euros, dado ter sido necessário considerar sem efeito o 3.º aditamento, por se pretender alterar os projetos constantes das listagens anexas ao contrato inicial e respetivos aditamentos, os quais constituem os processos de visto prévio n.ºs 1514 e 1515/2010, visados pelo Tribunal de Contas, em 17 de março de 2011.

Tendo-se verificado vicissitudes várias que prejudicaram a execução do PIPARU nos prazos inicialmente previstos, verificou-se a necessidade de proceder a uma nova reformulação do Programa (5.º Aditamento);

Pela Deliberação n.º 521/2012 de 19 de setembro de 2012, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a minuta do 5.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SpA, e da Deliberação n.º 8/2013 de 23 de Janeiro de 2013 com o IHRU/BEI que inclui a lista atualizada das obras a realizar ao abrigo do PIPARU e a respetiva programação financeira;

O 5.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o BPI/BIIS, SpA obteve o visto do Tribunal de Contas em 27 de Dez. de 2012

O 5.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito a celebrar com o IHRU/BEI foi também aprovado, através da Proposta n.º 8/2013 pela



TP  
HL

Assembleia Municipal, em 5 de fevereiro de 2013, o qual obteve o visto do Tribunal de Contas em 13 de março de 2013;

No âmbito dos concursos públicos lançados para execução das empreitadas a realizar ao abrigo do PIPARU tem-se verificado, frequentemente, a adjudicação dos contratos a propostas com preço bastante abaixo do preço base, o que tem gerado nalgumas acções saldos financeiros positivos;

O 5.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito celebrado com o IHRU/BEI estabelece um calendário para a execução do "PROJECTO", até 15 de Dezembro de 2016;

Sucedem que em várias acções a estimativa inicial do custo das obras veio a revelar-se muito inferior àquela que resultou da conclusão dos projetos respetivos, pelo que abertura dos inerentes procedimentos de contratação pública implica um reforço das verbas dessas acções;

Neste sentido, a realidade de execução das acções do PIPARU é muito dinâmica, requerendo constantes ajustamentos ao nível das necessidades de fundos e do calendário de empreitadas;

Através da deliberação datada de 15 de Janeiro de 2014, expressa na Proposta n.º 5/2014, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a alteração da programação financeira associada ao 5.º aditamento ao contrato de financiamento sob a forma de abertura de crédito celebrado com IHRU/BEI e com o BPI/BIIS, SpA, para os anos de 2014 e 2015

## CONTÉUDO DA PROPOSTA

A proposta 484/2014, que consubstancia a 2.ª alteração a efetuar no presente ano de 2014, resulta numa reafectação das verbas entre os três eixos de acordo com o quadro que abaixo se reproduz.

DESCRIÇÃO	Execução até 31/08/2014	2014	2015	2016	
1) Reabilitação de edifícios para arrendamento	11.140.470,93 €	8.756.673 €	10.374.000 €	2.300.000 €	32.571.144 €
2) Reabilitação de edifícios para serviços e instituições públicas	22.386.671,80 €	6.090.596 €	23.462.250 €	5.720.140 €	57.659.658 €
3) Reabilitação de espaços comuns, infraestruturas e arranjos exteriores.	20.805.471,55 €	1.997.439 €	4.046.666 €	130.000 €	26.979.576 €
<b>TOTAL</b>	<b>54.332.614,28 €</b>	<b>16.844.708 €</b>	<b>37.882.916 €</b>	<b>8.150.140 €</b>	<b>117.210.378 €</b>

## CONCLUSÕES

Entende o relator que a proposta ora em apreço se apresenta totalmente justificada no quadro de gestão de um programa dividido em 3 pilares distintos e fundamentais. Tal gestão obriga à admissão de níveis suficientes de flexibilidade que permita acomodar eventuais ajustamentos de prazos, atrasos nas empreitadas e outras vicissitudes admissíveis e porventura expectáveis.

Foi considerado nas alterações anteriores programação do PIPARU a necessidade de não alterar a proporção entre os 3 eixos do Programa. Verifica-se que tal proporcionalidade se mantém na presente proposta.

A proposta n.º 484/2014 encontra-se assim em condições de ser discutida e votada em Sessão Plenária da Assembleia Municipal.

O presente Parecer foi aprovado por Unanimidade

Lisboa, 29 de setembro de 2014

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Irene Lopes)

O DM RELATOR



(Hugo Lobo)